CADERNO ESPECIAL COMEMORATIVO DO XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA

AGRONOMIA SUSTENTÁVEL & BRASIL VIÁVEL



SXC.HU

Com papel de fundamental importância no incentivo ao associativismo das profissões da área tecnológica, marcam presença no 27º Congresso Brasileiro de Agronomia:

A Federação Brasileira de Associações de Engenheiros (Febrae): é constituída pelas principais Associações de Engenheiros do país e representa a Engenharia Brasileira em nível municipal, estadual, nacional e internacional.

A Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (Faeasp): reúne as Associações da área tecnológica estabelecidas nos municípios paulistas.

EXCELÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO

O Crea-SP integra uma rede de fiscalização nas atividades profissionais das áreas da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como nas atividades dos tecnólogos e técnicos de nível médio. A sua principal prioridade é aplicar a fiscalização de maneira orientadora, educativa e corretiva: o foco é a defesa da sociedade.

Desse universo, fazem parte do Crea-SP cerca de 340 mil profissionais ativos e com as anuidades em dia, cerca de 700 funcionários e 60 mil empresas registradas em todo o Estado.

O Conselho se esmera na execução de uma fiscalização enérgica e eficiente, procurando sempre orientar as empresas e os profissionais para o cumprimento da legislação, garantindo assim a segurança da sociedade.

Com equipe coesa e competente, o Crea-SP desenvolve o plano de modernização da fiscalização com cerca de 150 fiscais.

O fortalecimento da credibilidade institucional do Crea-SP é fruto de parcerias montadas com órgãos públicos, entidades de classe e instituições, que permitiram ampliar convênios e benefícios, resultando em ações voltadas à valorização profissional. São exemplos as alianças firmadas com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Defensoria Pública, a Prefeitura de São Paulo e o Ministério do Esporte.

DESCENTRALIZAÇÃO DO CONSELHO

A intensificação da fiscalização nos 645 municípios do Estado de São Paulo, cujo território mede 248,2 mil quilômetros quadrados, faz parte dos objetivos de descentralização e desburocratização do Conselho. Para tanto, foram tomadas decisões importantes para:

- Aumentar o número de fiscais, atualmente em número de 150;
- Constituição de regiões administrativas autônomas;
- Aquisição de uma nova frota com mais de 220 veículos;
- Nomeação de inspetores especiais nos municípios em que não havia representação.

Exercendo função pública, temporária e honorífica, o Inspetor representa o presidente do Crea-SP no município para o qual foi nomeado. Com a sociedade, ajuda a melhorar a eficiência da ação fiscal em defesa do exercício profissional e da sociedade. Os Inspetores Especiais são representantes do Crea-SP nos municípios em que o Conselho não dispõe de uma unidade administrativa. Dentre Inspetores Chefes, Inspetores e Inspetores Especiais, existem hoje cerca de 1.300 profissionais na função.

Apoiar e fiscalizar a atividade profissional num Estado com as proporções de São Paulo é uma tarefa desafiadora. Há exigência de um padrão de atendimento semelhante tanto num pequeno município quanto na capital. O Crea-SP conta hoje com 12 departamentos regionais, nos quais são encontradas as mais de 140 inspetorias do Conselho, que oferecem atendimento local aos profissionais de cada região.

INVESTIMENTO NA FISCALIZAÇÃO

A aquisição de novos equipamentos de informática tem sido tratada como de fundamental importância para a modernização dos procedimentos administrativos. Hoje, os agentes fiscais completam o procedimento de fiscalização em tempo real. Poucos países no mundo desfrutam desse *status*.

O cumprimento eficiente na fiscalização do exercício profissional tem reflexo direto no número de emissões de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que quadruplicou e chegou a 1,2 milhão em 2010. Trata-se do principal indicativo de que as atividades da área estão sendo feitas com a devida presença de responsáveis técnicos.



Atualmente, o plenário do Crea-SP conta com mais de 280 representações de entidades de classe e instituições de ensino. No conjunto, esses Conselheiros e os inspetores formam um grupo de quase dois mil profissionais plenos. Todos eles trabalham de forma voluntária e participam das discussões e de assuntos afetos à área tecnológica, com o objetivo de propor soluções e melhorar o desempenho das atividades desenvolvidas pelo Crea-SP. Reunidos em Comissões, Grupos de Trabalho e Grupos Técnicos, esses especialistas trazem contribuições diárias ao sistema profissional.

Como forma de proporcionar melhores condições de trabalho às suas equipes e aos Conselheiros, o Crea-SP também investe na aquisição de bens imóveis. Na Capital, existem os imóveis para atendimento: ao público e espaço para cursos de capacitação e reuniões, abrigando também a Mutua – Caixa de Assistência aos Profissionais do Sistema Confea/Creas, da Rua Nestor Pestana; a estrutura administrativa, direcionado as atividades técnicas de todos os Conselheiros na Avenida Faria Lima; às reuniões das Câmaras Especializadas, e às atividades desenvolvidas por Grupos de Trabalho, foi acrescentado o espaço tecnológico e cultural, inaugurado no mês passado, na valorizada Avenida Angélica.

Hoje, a comunidade tecnológica percebe o resgate pelo Crea-SP de sua missão primordial, que é o combate ao exercício ilegal das profissões, tanto por parte de leigos não habilitados, como de profissionais antiéticos.

Prova dessa competência é a premiação do Instituto Brasileiro de Verificação de Gestão, que destaca os melhores das gestões pública e privada do País. O Prêmio IBVG de Gestão Classista foi outorgado ao Conselho "em reconhecimento à excelência de gestão praticada". Foi um reconhecimento a todas as iniciativas que buscaram modernizar e aperfeiçoar seu modelo administrativo.

CREA JOVEM

A modernização do Conselho envolve a renovação do seu quadro de colaboradores, de modo a mesclar o ímpeto e a força da juventude, com profissionais dotados da experiência adquirida após anos de atuação.

O Crea Jovem nasceu para estimular a participação dos jovens no sistema profissional. Isso facilita a sua entrada no mercado de trabalho e traz como contribuição torná-lo mais dinâmico e sintonizado à realidade atual.

Na condição de Comissão Permanente em São Paulo, o Crea Jovem conquistou um espaço ainda maior na estrutura da entidade. Essa decisão foi tomada no Plenário do Crea-SP como reflexo de seu bom trabalho desenvolvido na aproximação do Conselho com os estudantes dos cursos da área tecnológica, por meio das instituições de ensino, ampliando a sua participação nas discussões afetas ao sistema profissional.

Próximas ações

Para os próximos anos, o Crea-SP intensificará o seu trabalho de fiscalização com foco na proteção ao meio ambiente, estimulando a sustentabilidade nas atividades da área tecnológica.

O Conselho está atento às obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, não apenas aquelas referentes aos estádios, mas a toda infraestrutura decorrente, como a área de transportes (aeroportos, metrô, etc.).

Mantém-se também o estímulo constante do Crea-SP para que os profissionais da área tecnológica participem ativamente das discussões relativas a sua categoria profissional.

AÇÃO FISCALIZADORA NO CAMPO

A ação fiscalizadora na agricultura é uma grande operação que envolve produtores rurais, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, engenheiros agrícolas, técnicos e funcionários do Crea-SP. Além de cadastrarem os proprietários, os agentes fiscais no meio rural orientam o produtor a contratar profissionais responsáveis, produzindo alimentos saudáveis, com controle de qualidade e sem degradar o meio ambiente.

A produção agropecuária é constituída por várias e complexas etapas. Com interação direta com a natureza, a atividade difere daquelas ligadas aos setores da indústria e de serviços. As práticas agronômicas, quando não aplicadas de modo correto, além de colocarem em risco a saúde do consumidor final de alimentos, prejudicam a fauna e a flora. Mais do que nunca, um conjunto de esforços precisa ser colocado em prática para a população acessar produtos alimentícios com padrões rígidos de segurança e credibilidade, a preços adequados.

Sendo áreas sensíveis, os ecossistemas paulistas e brasileiros requerem políticas compatíveis com o desenvolvimento da produção agropecuária e florestal. Daí, como constitui uma substância crucial na cadeia produtiva, a água não pode estar impregnada de elementos contaminantes. Da mesma forma, como outro fator relevante no cultivo de plantas e na criação de animais, os solos precisam de proteção contra processos erosivos e contaminantes para não sofrerem dano e causarem assoreamento e poluição dos cursos d'água.

A prerrogativa legal é de que os profissionais legalmente habilitados possuem conhecimentos necessários para projetar, orientar e acompanhar os processos produtivos com vistas à qualidade e sustentabilidade. As ações fiscalizadoras asseguram aos empreendimentos agropecuários, agroindustriais e florestais a prestação de assistência técnica por profissionais habilitados, de acordo com as suas atribuições legais, de modo a atender ao duplo objetivo: garantir a produção de alimentos de qualidade e a preservação do meio ambiente.

Acompanhamento técnico

O diagnóstico do campo ainda revela as carências, como um eficiente serviço de assistência técnica, que afeta principalmente a pequena propriedade, que predomina na estrutura fundiária brasileira e paulista.

Os planos para o setor envolvem:

- Geração de trabalho e renda;
- Inclusão social e o desenvolvimento humano;
- Melhoria na qualidade de vida das comunidades;
- Redução das desigualdades regionais; e
- Contribuir para o combate à informalidade e ao desemprego.

Em conjunto, as entidades de classe, com os poderes Legislativo e Executivo, podem perfeitamente disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de capacitações. A finalidade é oferecer aos agricultores familiares um atendimento voltado para a organização social e produtiva em cooperativas e associações. O treinamento envolve embasamento de conceitos, princípios e base legal de organização, com dinâmicas de grupo, dramatização e simulações.

Agricultura paulista

O avanço no processo de modernização e informatização das estruturas oficiais ajuda melhorar a eficácia das políticas públicas. No caso do Estado de São Paulo, houve medidas positivas com relação à queima da cana-de-açúcar e à mecanização dos canaviais.

Algumas regiões carentes do interior paulista, mas com biodiversidade rara e rica, podem ganhar alternativas importantes de renda. O peso da pequena propriedade na estrutura fundiária do Estado é grande. Três quartos do valor da produção estadual são oriundos de sete produtos.

Estado de São Paulo: Valor da Produção (R$ milhões)

Produto	2009	2010
Cana-de-açúcar	18.193	20.670
Carne bovina	4.708	4.905
Medeira de eucalipto	3.095	3.977
Laranja para indústria	1.926	3.441
Carne de frango	2.352	2.317
Ovo	1.185	1.502
Café beneficiado	925	1.359
Outros	11.034	11.375
Total	43.418	49.546

Fonte: IEA. Estimativa preliminares

Estado de São Paulo: Estrutura Fundiária (safra 2007/08)

Estrato (em ha)	UPAs*		Área	
	número	%	hectare	%
até 10	101.272	31,20	533.595,90	2,60
10 a 20	73.207	22,55	1.081.760,38	5,28
20 a 50	77.758	23,95	2.467.251,29	12,03
50 a 100	32.932	10,15	2.331.035,23	11,37
100 a 500	33.305	10,26	6.918.618,85	33,74
500 a 1.000	3.983	1,23	2.747.396,32	13,41
acima de 1.000	2.144	0,66	4.424.448,67	21,57
Total	324.601	100,00	20.504.106,64	100,00

* Unidade de Produção Agropecuária

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Projeto Lupa

Estado de São Paulo: Ocupação do solo

Atividade	UPAs*		Área	
	número	%	hectare	%
cultura perene	83.971	25,87	1.225.035	5,97
cultura temporária	168.104	51,79	6.737.699	32,86
pastagem	234.148	72,13	8.072.849	39,37
reflorestamento	43.906	13,53	1.023.158	4,99
vegetação natural	155.211	47,82	2.432.912	11,87
brejo e várzea	64.242	19,79	294.754	1,44
descanso	25.806	7,95	222.419	1,08
complementar	268.485	82,71	495.280	2,42
Total	1.043.873	321,59	20.504.106	100,00

* Unidade de Produção Agropecuária

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Projeto Lupa

Não resta dúvida de que o apoio e o acompanhamento técnico contribuem com significância para os pequenos agricultores conquistarem resultados satisfatórios no curto prazo. O trabalho deve olhar com carinho as cadeias produtivas, pois existem cooperativas que estão um passo a frente em termos de beneficiamento e processamento de produtos.

Já as grandes propriedades rurais, com melhor estrutura e organização, apresentam melhores condições para acessarem crédito e tecnologia, quando comparadas com os pequenos produtores rurais.

Assim, devidamente capacitados, os profissionais da extensão e assistência técnica rural estão mais qualificados para elaborar um planejamento de ações que possam ser aplicadas nas comunidades onde eles prestam serviços aos agricultores.

O processo se completa com a premissa básica do Crea-SP de acentuar o caráter de orientação da ação fiscalizadora, ao invés de simplesmente punitiva. Para o profissional técnico, isso significa mais responsabilidade, ética e valorização.

Modernização chegou à Fiscalização

Angelo Petto Neto*

O desenvolvimento do plano de modernização da fiscalização tem sido uma das grandes prioridades do Crea-SP, com pesados investimentos na área de informatização, na aquisição de modernas ferramentas de trabalho e meio de transporte próprio para a fiscalização, além da contratação de novos agentes fiscais por concurso público. O enfoque atual da fiscalização está nas ações de orientação e educativas.

Hoje, a sociedade nota a diferença na atuação das equipes de fiscalização do Crea-SP: chamam a atenção os novos veículos, e os agentes fiscais usam coletes que destacam a presença de funcionários de uma autarquia do serviço público federal.

Além de incrementar as ações de fiscalização no combate ao exercício ilegal da profissão, esses investimentos também tiveram reflexo direto nas finanças do Conselho, com aumento expressivo na arrecadação de ARTs.

O resgate de sua missão primordial, ou seja, o combate ao exercício ilegal das profissões da área tecnológica, e o consequente resgate de sua credibilidade junto à sociedade também acabaram refletindo em aumento no número de profissionais registrados no Conselho.

A fiscalização do exercício profissional nas áreas da Agronomia, Arquitetura, Engenharia, Geologia, Geografia e Meteorologia, seja no nível superior ou médio, tem como principal fundamento a proteção da sociedade, através da garantia de serviços prestados por profissionais legalmente habilitados. Dessa forma, elimina-se uma parcela considerável de leigos exercendo ilegalmente a profissão e/ou profissionais em situação irregular com o Sistema Confea/Crea.



A legislação determina que somente pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas podem executar obras e serviços nas áreas da Agronomia, Arquitetura, Engenharia, Geologia, Geografia e Meteorologia, pois estão aptas a oferecer à sociedade um acompanhamento idôneo e tecnicamente eficaz. O papel dos Creas é justamente fiscalizar o cumprimento desta legislação. Portanto, as obras e os serviços que não tenham sido ou que não estejam sendo executados por profissional habilitado são caracterizados como Obras e Serviço Clandestino.

* Engenheiro Agrônomo, Vice-Presidente do Crea-SP

Fiscalização Rural ajuda na preservação do meio ambiente

Daniel Antonio Salati Marcondes*

O setor agropecuário brasileiro surpreende o mundo pela sua capacidade de produzir com qualidade alimentos, fibras e biomassa. A aplicação de tecnologias modernas e o cultivo de áreas desbravadas significam produzir com eficiência, com respeito aos recursos naturais e promoção de melhoria do bem-estar da população.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) exige uma maior fiscalização por parte dos órgãos ambientais estaduais. O sistema Confea/Crea orienta o profissional da agronomia no cumprimento do seu papel na sociedade, com atenção especial na execução das atividades no meio rural.

As equipes de Agentes Fiscais do Conselho também realizam um trabalho que consta de uma visita com o objetivo de orientar os produtores rurais em diversas regiões do Estado de São Paulo, com a participação efetiva da Câmara Especializada de Agronomia (CEA).

No processo de cadastramento dos produtores locais, são identificados, entre outros dados: cultura declarada, responsabilidade técnica, controle fitossanitário (se estão sendo usados defensivos agrícolas e se foi feita a prescrição da receita agronômica), bem como outras possíveis atividades desenvolvidas, como agroindústria, produção de sementes e mudas, produção animal e turismo.



O objetivo dessa ação é assegurar que todos os empreendimentos agropecuários, agroindustriais e florestais sejam assistidos tecnicamente por profissionais habilitados, dentro de suas atribuições legais, garantindo a obtenção de produtos alimentícios de qualidade e a preservação do meio ambiente.

Elaborado por um Grupo Técnico de Trabalho da Câmara que trata da Fiscalização Rural, o projeto prevê, inicialmente, a identificação de produtores rurais, dos profissionais atuantes e das entidades ligadas ao segmento na região, com a finalidade de convidá-los a participarem de uma reunião preliminar.

No período de três anos (de janeiro de 2008 a novembro de 2010), foram visitadas 20 regiões do Estado de São Paulo, sendo cadastrados quase 3.500 produtores visitados.

A Câmara Especializada de Agronomia, em reunião ordinária nº 475, de 28 de Abril de 2011, aprovou os parâmetros que definem a necessidade de Responsável Técnico por atividades técnicas em Empreendimentos Rurais.

* Engenheiro Agrônomo, Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia/Crea-SP

Desafios na habilitação profissional

O Engenheiro Agrônomo é um profissional de formação universitária superior. A sua área de desempenho envolve solos, fitotecnia, zootecnia, engenharia rural e meio ambiente. Fazem também parte das suas atribuições os trabalhos profissionais de planejamento, assistência técnica, consultoria, análise de viabilidade técnica e econômica, perícia, ensino, pesquisa e extensão, desde que relacionados às atividades mencionadas, assim como a armazéns e à armazenagem, tecnologia de alimentos, irrigação e drenagem, ecologia, dendrometria, a inventário florestal, estudos e à avaliação de espécies animais e vegetais, à formação, recuperação, ao manejo de pastagens e à alimentação e reprodução de animais, ao melhoramento genético de plantas e animais.

Pioneiramente, o Estado de São Paulo promulgou a Lei nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924, regulamentando o exercício das profissões na área tecnológica em nível estadual, De uma maneira geral, em âmbito nacional, a agronomia foi a primeira profissão da área de engenharia a ser regulamentada no Brasil, logo no início da era Vargas, mediante o Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933. A partir da vigência desse decreto, o exercício da agronomia passou a ser permitido no Brasil somente aos profissionais diplomados e registrados na então Diretoria Geral de Agricultura, do Ministério da Agricultura. Dois meses mais tarde, o Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, finalmente regulamentava as profissões de engenheiro, de arquiteto e agrimensor, criando-se então o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Engenharia como órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício dessas profissões.

Cabe, entretanto, salientar que outras profissões têm atribuições em atividades que se cruzam com a agronomia, como: a engenharia agrícola, florestal, de alimentos, civil; geologia, meteorologia, zootecnia, veterinária, agrimensura, economia, administração, biologia, geografia, dentre outras.

Com sua vocação agropecuária extraordinária, cada vez mais o Brasil se firma com um dos líderes do agronegócio global. Esse processo sem volta exige que a formação profissional interaja mais intensamente com a realidade da agricultura (a arte de cultivar a terra), uma das atribuições para o exercício da agronomia (ciência do cultivo da terra).

Se não acompanhar os avanços tecnológicos e de gestão administrativa, o produtor está com os dias contados na atividade. Daí, como elemento imprescindível para o desenvolvimento da agropecuária nacional, o engenheiro agrônomo deve estar sempre em qualificação para desenvolver as boas práticas sustentáveis na produção das plantas e na criação dos animais.

Hoje, fazem parte da agenda do Crea-SP a padronização e um modelo adequado de fiscalização no setor agronômico, para uso comum no sistema.

Esse trabalho específico para agronomia é importante, porque a agricultura constitui a atividade que mais contribui para a integração nacional. Ele se insere no esforço de preparar adequadamente os recursos humanos para fazer com que o Brasil produza alimentos de boa qualidade e em equilíbrio com a natureza.

Na verdade, assim como sucede nos países desenvolvidos, uma nova e desafiante cultura nasce nos órgãos profissionais, como fruto do próprio desenvolvimento do mercado de trabalho. Há uma quebra de paradigmas vigentes desde meados do século passado.

No caso específico da agronomia, ganha características modernas para cumprir a sua missão institucional como um órgão de defesa da sociedade.



SXC.HU